

## SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL DE ALUNOS (AS) ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES (AS)

Bianca Longhitano<sup>1</sup>

CARVALHO, Leilane Raquel Spadotto de. *Sexualidade e educação sexual de alunos(as) alvo da educação especial: concepções de professores(as)*. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2020.

---

O tema abarcado na dissertação de Carvalho é atual e pertinente – ainda mais se tratando parcialmente de uma replicação de pesquisa em contexto nacional. O estudo envolve a sexualidade e as diversas formas de vivê-la, trazendo o aspecto da inclusão e da educação sexual nesse contexto, falando especificamente da escola. A dissertação foi defendida em julho de 2020, junto ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), *campus* de Bauru. A orientadora, Prof.<sup>a</sup> livre-docente Ana Cláudia Bortolozzi, e a pesquisadora, são psicólogas, entretanto, todo o cenário da pesquisa é a educação, especialmente sobre papel dos professores(as) e equipe escolar como agentes primordiais na realização da educação sexual inclusiva.

A natureza da pesquisa é mista (quali-quantitativa) e descritiva. Os objetivos, bem delimitados, consistiram em:

investigar as concepções de professores(as) sobre questões relacionadas à sexualidade e à ES de alunos(as) público alvo da educação especial (AEE)<sup>2</sup> na escola (no caso desse estudo, os(a) alunos(a) AEE especificamente são: os (as) com deficiência – intelectual, física/motora, visual/cegueira, auditiva/surdez e múltiplas; alunos (as) com TGD – Transtorno do Espectro Autista). [...] (a) levantar conhecimentos de professores(as) sobre a manifestação da sexualidade em aluno(as) com deficiência ou TGD: opiniões sobre as possíveis dificuldades (ou não) para o namoro, reprodução, casamento, violência, controle, quais comportamentos em sexualidade esses(as) alunos(as) emitem na escola e que fontes de informação eles se utilizam e (b) analisar se existem processos de Educação Sexual na escola para alunos (as) com

deficiência ou TGD, e se os(as) professores(as) concordam, atuam neles e/ou se sentem preparados(as) para esta tarefa (p. 48).

A dissertação é apresentada em seções, que abrangem: uma Apresentação – em que a autora conta um pouco sobre a sua trajetória acadêmica e a escolha do tema de pesquisa; Introdução – em que faz um breve apanhado histórico sobre deficiência e inclusão, definindo conceitos-chaves e salientando a importância de se pensar no processo de educação sexual nas escolas, assim como a questão da inclusão de pessoas com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD); Justificativas e Objetivos, Método, Resultados e Discussão, Considerações Finais, Apêndices/Anexos e Referências.

Logo de início a autora já define a sexualidade, colocada enquanto um aspecto inerente a todos os seres humanos e que abarca muito além do ato sexual em si, mas que envolve o desejo, sentimento, emoções, relações interpessoais, valores etc., pontuando-a como presente em todos os contextos e alvo de diversas interdições.

Em seguida, a educação sexual entra em pauta, sendo essa dividida em informal – que ocorre no cotidiano, mesmo que sem ser percebida, no contexto familiar, através das relações, da cultura, da mídia etc. – e a formal, colocada enquanto

a que se propõe em planos políticos pedagógicos, é uma educação orientada, com metodologia e conteúdos planejados, que vão desde aspectos biológicos da sexualidade (que geralmente é a temática de ES que vemos maior foco de intervenção, deixando muitas vezes de lado os demais aspectos igualmente importantes), que abarca corpo, funções reproduto-

---

<sup>1</sup> Graduanda em psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), de Bauru. Pesquisadora fomentada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Pibic/CNPq) no tema de sexualidade e gênero. E-mail: [bella\\_biancalonghitano@hotmail.com](mailto:bella_biancalonghitano@hotmail.com)

<sup>2</sup> Alunos que frequentam classes comuns, aos quais deve ser ofertado Atendimento Educacional Especializado (AEE), previsto no projeto político pedagógico da escola. Inclui-se nessa categoria alunos com deficiência, alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e alunos com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) (BRASIL, 2010).

ras, prevenção de gravidezes precoces e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), uso de preservativos e funções biológicas dos órgãos sexuais, até aspectos mais amplos como gênero e orientação sexual (respeito a diversidade), relacionamentos afetivos, etc. (CARVALHO, 2020, p. 17).

Definidos esses dois importantes conceitos, a discussão passa para o âmbito da sexualidade da Pessoa com Deficiência (PcD) e o TGD, ou seja, do que seriam os alunos e as alunas Alvo da Educação Especial (AEE) nessa pesquisa em específico. A deficiência, considerada aqui enquanto um fenômeno social, é permeada por diversos tabus e crenças errôneas quando se trata da sexualidade.

Carvalho apresenta, então, dois principais mitos que permeiam a sexualidade de pessoas com deficiência e TGD, já comentados por vários outros autores: o da assexualidade – ou de que essas pessoas são infantis e eternos “anjos”, com uma inexistência de desejo sexual; e o da hiperssexualidade – ou a crença de que a sexualidade desses seja descontrolada, “selvagem”, exacerbada.

A coleta de dados foi realizada em quatro escolas diferentes em uma cidade do interior paulista com 48 professores(as), que preencheram um questionário impresso aplicado presencialmente. O objetivo da pesquisadora era investigar a opinião dos e das docentes do ensino regular sobre a sexualidade e a educação sexual do alunado AEE, mais especificamente os com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

No grupo de professores(as) participantes, a maior parte era composta por mulheres que davam aulas há mais de 15 anos e em mais de um ano do ensino regular, para alunos do 5º ano até o terceiro ano do Ensino Médio. Apenas um(a) professor(a) disse não ter trabalhado com nenhum(a) aluno(a) com deficiência ou TGD, o que já demonstra que a política de inclusão se faz presente – pelo menos nas escolas participantes. Nota-se que o AEE mais atendido que os(as) professores(as) apontaram foram os com *Deficiência Intelectual* (n=37) e com *TEA* (n=37), porém as condições do alunado foram diversas: 21 assinalaram que havia alunos(as) com *Deficiência Física* (DF), 19 com *Deficiência Sensorial Visual* (DSV), 17 com *Deficiência Sensorial Auditiva* (DSA), dez com *Deficiência Múltipla* (DM) e apenas um assinalou: *outras deficiências*.

Segundo a autora, essas informações demonstram a necessidade dos(as) professores(as) terem conhecimentos que possibilitem atender as especificidades das condições desse alunado e consigam realizar uma educação sexual condizente com suas especificidades. O estudo demonstra na sua discussão que a formação dos(as) docentes é defasada no que tange à essas questões, desconsiderando que a sexualidade faz parte do contexto escolar de forma geral – assim como de todos os contextos sociais –, ficando ainda pior quando se pensa na inclusão.

Uma questão interessante é que as crenças mais comuns sobre as pessoas com deficiências e TGD que a própria autora aponta que acreditava que poderiam estar presentes na opinião dos(as) professores(as) não se fizeram presentes, como da assexualidade, em que teve maior número de discordância, principalmente na categoria TEA (n=35); e hiperssexualidade, em que teve maior discordância na categoria Deficiência Sensorial (n=26) e um número razoável de concordância nas categorias TEA (n=14) e DI (n=14), o que demonstra que a crença da hiperssexualidade, apontada na literatura como a que mais recai sobre pessoas com DI, também apareceu nesse estudo vinculada também aos(as) alunas(os) com TEA, mesmo que não em grande número. Mesmo assim, fica evidente que existe grande desinformação por parte dos(as) professores(as) participantes sobre a sexualidade de alunos(as) AEE.

Os resultados são bem discutidos, com literatura recente e apropriada. O estudo traz várias questões sobre a sexualidade da pessoa com deficiência e TEA que os(as) professores(as) puderam opinar, assim como sobre a opinião dos(as) participantes sobre a importância da educação sexual nas escolas e seu papel nessa tarefa.

O estudo é muito interessante e deixa claro que existe uma percepção por parte dos(as) professores(as) sobre a importância da educação sexual para os(as) alunos(as), de forma geral, e da educação especial também, porém, demonstram que não se sentem preparados(as) para realizar essa educação sexual. A maior parte dos(as) participantes assinalou ter interesse em uma oficina de educação sexual inclusiva, caso fosse ofertada, apontando que se interessam em se preparar para as demandas que a docência traz no cotidiano.

Nas considerações finais, a autora retoma os objetivos, respondendo cada um deles novamente, e salienta a necessidade de se pensar em um melhor preparo de docentes para lidar e atender às demandas concernentes à sexualidade dentro do contexto escolar, seja de alunos(as) AEE, seja dos(as) demais, fazendo assim com que os princípios da inclusão se realizem efetivamente e com que também a educação sexual possibilite uma redução em vulnerabilidades e violências que acompanham a desinformação e o tabu que cerca a sexualidade de modo geral. A autora conclui que

Esses apontamentos corroboram com a necessidade de uma formação continuada para professores(as) que trabalham com alunos(as) AEE, tendo em vista que a temática da sexualidade estará sempre presente nos mais diversos contextos, já que é inerente de todos os seres humanos e estará marcadamente na escola, ambiente de desenvolvimento de crianças e jovens. Uma vez que os(as) docentes estejam preparados(as) para trabalharem esse assunto no cotidiano, toda a instituição pode ser beneficiada, proporcionando a quebra de tabus, mitos e preconceitos e maior proteção contra vulnerabilidades e violências (p. 97).

A dissertação traz dados interessantes e muitas contribuições para interessados(as) na área da Educação e da Psicologia, assim como para pessoas que convivem com pessoas com deficiências e TGD, pois é necessário um trabalho coletivo para que a inclusão se faça em todos os contextos.